

Sumário

Apresentação	10
Introdução	12
Capítulo 1 Migração e Migrantes	15
1.1 A história das migrações	16
1.2 Conceitos-chave	17
1.3 Fatos e dados	28
1.4 As principais causas das migrações	29
1.5 Migração e trabalho	31
1.5.1 Emigração e trabalho	31
1.5.2 Imigração e trabalho	32
1.6 Migração interna no Brasil	34
1.6.1 Fluxos migratórios em cidades de fronteiras	36
1.7 Fluxos mistos de migrantes: refugiados, requerentes de asilo, vítimas de tráfico e migrantes	37
1.7.1 Feminização da migração	37
1.7.2 Migrantes LGBT	38
Capítulo 2 Tráfico de Pessoas	41
2.1. Convenção contra o Crime Organizado Transnacional e seus respectivos protocolos adicionais	45
2.2. O Protocolo de Palermo e o conceito do tráfico de pessoas	46
2.2.1 Elementos fundamentais constitutivos para a definição do crime de tráfico de pessoas	46
2.2.2 Indicadores	48

2.3 Diferenças conceituais sobre o tráfico de pessoas e contrabando de migrantes	52
2.4 Tráfico e exploração de trabalhadores migrantes	56
2.5 Modalidades de tráfico de pessoas	58
2.5.1. A questão do consentimento	60
2.6 Tráfico e Prostituição	62
2.7 Brasil como país de origem, trânsito e destino de vítimas de tráfico de pessoas. Tráfico interno e internacional de pessoas.	64
2.8 Caracterização geral e aspectos específicos sobre perfis de vítimas e traficantes. Formas de aliciamento e recrutamento	67
2.9 Exemplos de manifestações do tráfico de acordo com nacionalidades	71

Capítulo 3

Tráfico de Pessoas no Brasil

3.1 Legislação referente ao Tráfico de Pessoas	74
3.1.1 Tratados assinados e/ou ratificados pelo Brasil	74
3.1.2 Legislação internacional relevante	77
3.2 Legislação interna específica sobre tráfico de pessoas	78
3.2.1 Constituição Federal de 1988	81
3.2.2 Código Penal (1940). Crimes conexos	84
3.2.3 Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 Estatuto da Criança e do Adolescente	85
3.2.4 Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências	87

GUIA DE REFERÊNCIA PARA A REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL

3.2.5 Lei nº 6.815 de Agosto de 1980 Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração (CNIg)	88
3.2.6 Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 Lei Maria da Penha (lei contra a violência doméstica e familiar contra a mulher)	90
3.2.7 Outros documentos relevantes em nível federal	91
3.3 Competências para investigação e responsabilização penal do crime do tráfico de pessoas	92
3.4 Políticas públicas	93
3.4.1 Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil	94
3.4.2 Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil	98
3.4.3 A importância da intersectorialidade	98
3.4.4 Políticas e Planos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	100

Capítulo 4 Estrutura para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

101

4.1 Vítimas diretas e indiretas: necessidade de proteção e assistência integral	104
4.2 Redes de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Núcleos, Postos e Comitês)	106
4.2.1 Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante	106
4.2.2 Qual o papel de Núcleos e Postos nas Redes já existentes?	108
4.2.3 Comitês de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	111
4.3 Rede de Atendimento às Vítimas de Tráfico	112
4.3.1 O atendimento às vítimas de tráfico: competências compartilhadas	112

4.4 Acesso à Justiça no Brasil	115
4.4.1 Programa de Proteção à Testemunha	116
4.4.2 Requisitos para Ingresso no Programa	118
4.4.3 Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)	119
4.5 Canais de denúncia de casos de tráfico de pessoas	120
4.5.1 Disque Direitos Humanos – Disque 100	120
4.5.2 Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180	121
4.5.3 Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores	122
4.6 Onde denunciar casos de tráfico de pessoas com fins de exploração laboral	126
4.6.1 Ministério do Trabalho: Secretaria de Inspeção do Trabalho	126
4.6.2 Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE	129
4.6.3 Coordenadoria Nacional do Grupo Especial de Fiscalização Móvel da Secretaria de Inspeção do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego	130
4.6.4 Comissão Pastoral da Terra - (CPT)	132
4.7 Conselho Nacional de Imigração.	133
4.8 Defensoria Pública da União	136
4.9 Departamento da Polícia Federal Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (DICOR) Coordenação Geral de Defesa Institucional (CGDI) Divisão de Direitos Humanos (DDH)	138
4.10 Outros atores importantes no processo de denúncia, prevenção, atendimento às vítimas e advocacy no âmbito do tráfico de pessoas:	140
Bibliografia Seleccionada	143
Anexo I	146
Anexo II	147